

# “Manteremos nossa política e vamos implementar reformas estruturais”

por Cláudia Safatle  
de Brasília

A inflação será combatida com reformas estruturais e com um ajuste fiscal permanente. Para isso o Ministério da Economia começou a alinhar uma série de pontos que devem ser objeto de proposta de emendas constitucionais para dar ao Poder Executivo maior margem de manobra, principalmente no tocante à redução dos gastos públicos.

Além de garantir que o governo permanecerá administrando a política econômica sem alterações de rumo — mas apenas aprofundando os instrumentos —, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse ontem que o governo buscará um trabalho “conjunto e cooperativo” com os novos governadores de estado que assumem dia 15 de março próximo, de modo que eles “executem uma política afinada” com as diretrizes econômicas do governo federal.

Depois de uma longa reunião com os principais membros da equipe econômica — os mesmos que participaram da elaboração do plano de estabilização — a ministra seguiu para uma reunião de despacho com o presidente da República, a primeira deste ano. O presidente do BNDES, Eduardo Modiano, a acompanhou no despacho, onde ficou decidido aumentar em mais 8 a 10 o número de empresas estatais a serem privatizadas este ano. Zélia Cardoso de Mello incluiu na lista empresas como Açominas e Companhia Siderúrgica Nacional.

As prioridades de ação para este ano, segundo a ministra, são: Aprofundar a reforma administrativa e aumentar a contenção de despesas das empresas estatais; acelerar o processo de privatização; iniciar um esforço de convencimento junto à sociedade e aos políticos para a necessidade de reformas constitucionais; e trabalhar na busca



Zélia Cardoso de Mello

de “cooperação” dos governos estaduais.

Se havia, dentro da equipe econômica, divergências sobre a inclusão ou não de uma política de rendas, venceu a linha mais ortodoxa. Não há intenções, pelo menos por enquanto, de introduzir no leque de instrumentos da política econômica mecanismos de controle de preços e salários. Em contrapartida, as políticas fiscal e monetária devem ser reforçadas.

A política fiscal — dirigida na busca de um equi-

brio mais permanente nas contas do governo — depende, agora, de um alargamento da margem de manobra do Executivo para cortar gastos. Por isso a ideia de propor emendas constitucionais que permitam a demissão de mais funcionários públicos, que introduzam o ensino pago nas universidades e melhorem o ensino de primeiro e segundo graus, entre outras sugestões da área econômica.

A inflação, pelo índice ponta a ponta da Fipe, mostra sinais de desaceleração este mês. Não há medidas de impacto a serem tomadas para reverter a trajetória inflacionária no curto prazo. “Continuaremos mantendo a nossa política e vamos implementar as reformas estruturais”, garantiu a ministra.

Se em 1990 a política fiscal foi bem-sucedida, o mesmo não ocorreu com a política monetária. Os dados de final de ano, colhidos pelo Banco Central, mostram uma importante expansão da base monetária em dezembro passado. O comportamento da política monetária nos três últimos meses de 90 inviabilizou a meta de expansão zero para o primeiro trimestre deste ano, e a programação do Bacen precisa ser reelaborada.